



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

LINHA DE PESQUISA:

**Educação do Campo e sua Inserção na Agenda Política
Educativa**

ADELMO JOVELINO ARAÚJO

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR
SOBRE A ESCOLA VEREADOR MANOEL COSMO DE
OLIVEIRA, SERTÃOZINHO – PB.**

GUARABIRA – PB

2014

ADELMO JOVELINO ARAÚJO

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM
OLHAR SOBRE A ESCOLA VEREADOR MANOEL
COSMO DE OLIVEIRA, SERTÃOZINHO – PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria do Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Prof. Dr^o. Belarmino Mariano Neto

GUARABIRA – PB

2014

A658d Araújo, Adelmo Jovelino

Os desafios da educação do campo: [manuscrito] : um olhar sobre a Escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira, Sertãozinho-PB. / Adelmo Jovelino Araújo. - 2014.

57 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto, Departamento de Geografia".

1. Educação do campo. 2. Políticas públicas. 3. Desafios. I. Título.

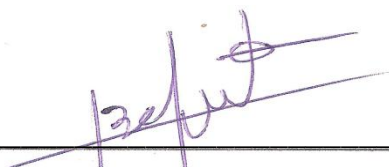
21. ed. CDD 370

ADELMO JOVELINO ARAÚJO

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM
OLHAR SOBRE A ESCOLA VEREADOR MANOEL
COSMO DE OLIVEIRA, SERTÃOZINHO – PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria do Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

APROVADA EM 22/11/2014



Prof. Dr^o. Belarmino Mariano Neto
Orientador – UEPB/CH/DG



Prof. Ms. José Otávio da Silva
Examinador – UEPB/CH/DE



Prof. Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Examinador – UEPB/CH/DG

Aos meus pais, irmãos e familiares, que me apoiam e estimulam a nunca desistir, aos mestres que contribuíram com meu desenvolvimento intelectual, aos colegas da turma, a qual tive a honra de fazer parte, aos amigos, que mais do que laços de amizade são considerados como irmãos, aos professores, coordenadores, alunos e membros da Escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira, aos moradores e camponeses da comunidade do Sítio Jenipapo e circunvizinhos e a todos que acreditam em meu potencial e me estimulam a sempre lutar por meus objetivos,

DEDICO!!!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu a dádiva da vida e guia meus caminhos me dando forças pra vencer, sempre alcançar meus objetivos e nunca desistir diante dos obstáculos e tribulações da vida;

A meus avós, João Dias e Francisca Araújo, (*in memoriam*) que desde minha infância me estimularam a estudar e buscar novos horizontes;

A meus pais, Antônio e Penha, a meus irmãos Adriano, Aline e Edson, que apoiam minhas decisões e me encorajam a sempre perseverar buscando alcançar meus objetivos;

À minha Tia, Severina e seu esposo Luiz, que acolhiam-me em sua casa sempre que eu precisava de lugar para realizar minhas pesquisas;

À minha segunda mãe Graça Farias, que nos momentos mais angustiantes, sempre tinha uma mensagem de fé e otimismo, me fazendo acreditar em mim mesmo e a nunca desistir;

Ao professor Belarmino Mariano, que acreditou em meu projeto e se empenhou junto comigo na realização desse trabalho, oferecendo apoio e contribuindo para a conclusão do mesmo;

À coordenação do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, que deu a oportunidade de cursá-la e ampliar meus conhecimentos;

A todos os mestres, desde os alfabetizadores aos da graduação, e em especial aos dessa Especialização, que contribuíram com parte de seus conhecimentos para minha formação intelectual profissional;

Aos professores e toda equipe pedagógica da escola, em especial a coordenadora Aldilene, que me acolheram e colaboraram com o desenvolvimento de minha pesquisa;

Aos moradores e camponeses da Comunidade do Sítio Jenipapo, que me receberam em suas residências e prestaram informações preciosas para a realização desse trabalho;

Aos colegas professores e companheiros de turma, que ao longo dessa jornada tornaram-se mais que colegas, passando a serem uma família, graças a nossa amizade, companheirismo e respeito o qual temos uns pelos outros;

Aos amigos, Adriano, Tio Luiz, Geovane, André, Márcio e Pedro Eugênio, que nas horas de ócio gozavam comigo de uma boa conversa, uma boa música e uma cerveja gelada e que sempre entenderam minha ausência nesses últimos meses;

À Universidade Estadual da Paraíba, e todos seus funcionários;

Àqueles que sempre acreditam em minha capacidade, pois vocês me dão motivação para fazer o melhor e nunca decepcioná-los;

Àqueles que não acreditam em minha capacidade e em muitas vezes duvidaram de mim, pois vocês me motivam para superar os obstáculos, alcançar meus objetivos e mostrar que sou capaz;

Enfim a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho e conclusão de mais essa jornada em minha vida;

AGRADEÇO!!

“O ser humano, nas várias culturas e fases históricas, revelou essa intuição segura: pertencemos à Terra; somos filhos e filhas da Terra; somos Terra. Daí que homem vem de húmus. Viemos da Terra e a ela voltaremos. A Terra não está à nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria Terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: somos a Terra no seu momento de autorealização e de autoconsciência.”

Leonardo Boff

RESUMO

O processo de construção de bases políticas para a educação do campo no Brasil, sempre foram relegadas pelo poder público, principalmente quando falamos da questão da formação de uma política pública educacional que trouxesse dentro de sua composição a verdadeira identidade de uma educação voltada para a população camponesa. Pelo que podemos observar, parafraseando autores como, Kolling, Néry e Molina (1999), Arroyo e Fernandes (1999), Caldart (2002; 2008), Santos (2008) e outros que fazem parte da Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, percebemos que a história da educação do campo no Brasil passou por uma série de desafios que só começaram a ser superados no momento em que os movimentos sociais se uniram à organizações não governamentais com o objetivo comum de transformar a educação do campo brasileira, antes uma simples reprodução da educação das cidades que foram trazidas para o campo com o intuito de manter o poder das elites capitalistas, em uma educação libertária que pudesse fazer do campo um espaço de produção de conhecimento e de sua população uma gente livre que fosse capaz de manter sua identidade e transmiti-la as suas futuras gerações. Os primeiros desafios sobre a elaboração de um plano educacional voltado para a educação do campo foram superados e hoje temos várias políticas educacionais que dão sustentação a identidade educacional da população camponesa. Agora o desafio maior é fazer com que esses planos sejam cumpridos de forma que o que foi conquistado não seja de repente tirado daqueles que tanto esperaram e lutaram para ter um pouco de dignidade. Durante a realização de nosso trabalho tivemos a oportunidade de visitar todas as escolas do campo no município de Sertãozinho – PB, com foco central na Escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira, nesse curto período de vivência na referida escola observamos que ainda encontramos muitos desafios que interferem na efetivação da educação do campo, problemas esses que também são apontados por outros pesquisadores da temática ao qual podemos dialogar. Dessa forma, percebemos a cada dia o surgimento de novos desafios que comprometem todo o projeto de desenvolvimento da educação do campo e é por essa razão que não podemos cruzar os braços ficar a admirar o que foi conquistado, temos que continuar com as lutas e superar os novos desafios que surgem, para assim termos uma verdadeira educação para o campo.

Palavras Chaves: Educação do campo. Políticas públicas. Desafios.

ABSTRACT

The production process of policy base for countryside education in Brazil, always been regulated by the government, principally when we speak of the question the formation of a public education policy that would bring within its the true identity of an education for the peasant population. From what we can see, paraphrasing authors as, Kolling, Néri and Molina (1999), Arroyo and Fernandes (1999), Caldart (2002; 2008), Santos (2008) and others who are part of the National Education Articulation on countryside, realized that the history of countryside education in Brazil has underwent a series of challenges that only began to be overcome at the moment that social movements if joined non governmental organizations with the common goal of transforming education in countryside Brazilian, before a simple reproduction of the education of the cities that were brought to the countryside in order to maintain the power of capitalists elites, in a libertarian education that could make the countryside a space of knowledge production and its population one free people who were able to maintain their identity and pass it on to their future generations. The first challenges regarding the development of an educational plan for the education countryside have been overcome and today we have several educational policies that support the educational identity of the peasant population. Now the biggest challenge is to make these plans are met so that what has been achieved is not suddenly taken away from those who either waited and fought to have a little dignity. During the completion of our work we had the opportunity to visit all the schools in the countryside town of Sertãozinho – PB, with a central focus on school Vereador Manoel Cosmo de Oliveira, that short period of experiences at the school noticed that we still encounter many challenges that interfere with the effectiveness of countryside education, these problems are also pointed out by other researchers of the subject to which we can dialogue. Thus, we see every day the emergence of new challenges that compromise the whole project of development of countryside education and this is why we can not fold our arms get to admire what has been achieved, we must continue the fights and overcome the new challenges that arise, thus having a real education to the countryside.

Key words: Education in the countryside. Public policy. Challenges.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 01: ESCOLA PROFESSORA SEVERINA NOGUEIRA.....	35
FOTO 02: ESCOLA PERILO DE OLIVEIRA VIANA.....	36
FOTO 03: ESCOLA JOSÉ SOARES DE SENA.....	37
FOTO 04: ESCOLA PROFESSORA ONALDINA TEIXEIRA.....	37
FOTO 05: ESCOLA MANOEL VIEIRA FILHO.....	38
FOTO 06: ESCOLA VEREADOR MANOEL COSMO DE OLIVEIRA.....	40
FOTO 07: PLACA DE INAUGURAÇÃO AFIXADA NO PÁTIO DA ESCOLA.....	41
FOTO 08: ASPECTOS DA ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA.....	44
FOTO 09: ASPECTOS DA ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA.....	44
FOTO 10: CULMINÂNCIA DO PROJETO FOLCLORE.....	49

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE SERTÃOZINHO.....	32
TABELA 02: NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ÚLTIMOS ANOS.....	43

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS DO	
MUNICÍPIO.....	34

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: FOLDER DO I ENERA 1998.....	28
FIGURA 02: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO – PB.....	31
FIGURA 03: COLEÇÃO GIRASSOL: SABERES E FAZERES DO CAMPO.....	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Arcafar – Associação das Casas Familiares Rurais

BIRD - Banco Internacional do Desenvolvimento

CNBB – Confederação dos Bispos do Brasil

CNE – Conselho Nacional de Educação

Contag – Confederação Nacional do Trabalhador e Trabalhadora na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DOEBEC – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo

ENERA – Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MST – Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PSE - Programa Saúde na Escola

UnB – Universidade de Brasília

Unefab – União Nacional das Escolas e Família Agrícola do Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE.....	18
	2.1 As Políticas sobre a educação do campo no Brasil.....	21
3	ESCOLA VEREADOR MANOEL COSMO: UM RETRATO DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	30
	3.1 Caracterização político-administrativa e educacional do município de Sertãozinho – PB	30
	3.2 Questões Políticas-Sociais da Educação do Campo na Escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira.....	39
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca entender e elencar possíveis fatores que influenciam e contribuem para os desafios no processo da educação do campo, tomando como base a escola municipal Vereador Manoel Cosmo de Oliveira, situada no município de Sertãozinho – PB.

O desenvolvimento dessa pesquisa objetiva levantar e analisar os motivos que contribuem para o processo de surgimentos das dificuldades enfrentadas na educação do campo.

Nossa pesquisa teve caráter qualitativo, e foi desenvolvida com base no diálogo com autores e estudiosos que focam no desenvolvimento de pesquisas sobre a educação no campo dentre os quais podemos citar Sérgio Celani Leite (1999) Edgar Jorge Kolling, Irmão Israel José Néry e Mônica Castagna Molina (1999), Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes (1999), Roseli Salete Caldart (2002; 2008), Clarice Aparecida dos Santos (2008) entre outros que tratam do tema em questão.

Durante a coleta de dados realizamos pesquisas junto à secretaria municipal de educação, entrevistas com os profissionais da educação do campo que atuam na escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira bem como com integrantes da comunidade na qual a escola está inserida.

Nosso trabalho foi desenvolvido em três etapas, iniciando-se pelo levantamento bibliográfico e a coleta de dados, pesquisa in loco, análise dos dados coletados através das entrevistas e por último a elaboração do texto final e apresentação dos resultados obtidos.

A temática que abrange a educação do campo gerou nos últimos anos inúmeros trabalhos que fundamentam e buscam trazer melhorias para a educação rural no Brasil. Porém a grande maioria desses trabalhos não chega ao conhecimento de quem realmente precisa, ficando muitas vezes restritos às gavetas e armários das secretárias de ensino, onde não são colocadas em prática e dessa forma não contribuem em nada para o desenvolvimento da educação do campo.

A necessidade de se pensar em uma educação realmente voltada para a clientela do campo é de suma importância, principalmente se observarmos a realidade da população que irá usufruir dela, visto que grande parcela desses alunos não chegará nem a terminar o ensino médio. Isso por causa, na maioria das vezes, da falta de incentivos nas escolas do campo, que vão defasando os alunos até os jogarem para a cidade onde eles abandonam a escola de uma vez.

Com base no que acompanhamos, observa-se que as escolas rurais, principalmente, as localizadas nos pequenos municípios do interior do país, não dispõem investimentos concretos, tornando-se alvo do descaso e da falta de iniciativa do poder público para com a educação do campo nessas regiões, aumentando com isso ainda mais os desafios a serem combatidos para uma efetivação da educação básica de qualidade no campo.

A partir do que foi exposto e ao observar a situação da referida escola no município de Sertãozinho – PB, delimitou-se o nosso objeto de estudo, principalmente por se ter uma proximidade com a localidade e acompanhar de perto o enfraquecimento pelo qual a educação nessa área vem sofrendo.

O capítulo 2 do nosso trabalho trata sobre os desafios encontrados na construção da identidade da educação do campo no Brasil. Para tanto realizamos uma discussão entre os autores com o objetivo de elencar os principais obstáculos

que a educação do campo no Brasil enfrentou até ter sua identidade e seus objetivos definidos. Na formulação desse capítulo, destacamos ainda uma pequena análise sobre as políticas públicas educacionais voltadas para a educação do campo no Brasil.

No capítulo 3, estão relatados os resultados de nossa pesquisa em campo, realizada junto à escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira, de depoimentos até as conclusões que podemos perceber enquanto estivemos acompanhando a rotina da escola no período de agosto a setembro de 2014. Nesse período podemos constatar através de observações e das conversas com professores, que ainda existem grandes desafios a serem superados para a real efetivação da educação do campo.

Por último, no capítulo 4, trazemos nossas considerações sobre a realização da pesquisa, as relações que pudemos fazer com as questões encontradas na escola Vereador Manoel Cosmo, com as questões abordadas pelos autores pesquisados e que serviram de base para a construção da identidade que a educação do campo no Brasil tem nos dias atuais.

O processo de evolução das políticas públicas para a educação do campo no Brasil passou por muitos desafios, que através de parcerias, longas lutas e acima de tudo a perseverança de seus militantes, superaram esses desafios e conseguiram que fossem elaboradas políticas educacionais para o campo. Graças ao otimismo e a essas lutas, temos hoje uma política pública de educação do campo que se torna capaz de fazer do camponês um agente libertador e modernizador desse espaço. Porém, observamos também que mesmo depois de tantas conquistas as barreiras não cessaram totalmente e ainda temos muito que batalhar, pois para melhorar a educação todas as vitórias são poucas e as lutas não podem parar.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Nesse capítulo buscamos fazer um breve histórico que aborde os desafios encontrados durante a formação da identidade da educação do campo no Brasil, focado a partir dos diálogos com autores que discutem a temática e da realidade encontrada dentro das comunidades que abrigam escolas rurais no município de Sertãozinho – PB.

Santos (s/d.) afirma que a identidade da educação do campo, construída recentemente, nos mostra etapas de união, discussões e conflitos de ideias entre os movimentos sociais, as políticas públicas e demais atores que atuam nessa área de conhecimentos.

De acordo com Nascimento (2009), a educação no Brasil, destinada ao meio rural existe desde o período da República Velha. Porém, o simples fato de sua existência não dava legitimidade para a construção de políticas públicas voltadas exclusivamente para a população rural já que a educação era destinada as classes dominantes.

Nesse contexto o autor supracitado coloca ainda que:

A educação era um privilégio das camadas mais ricas da sociedade o que determinava a não existência de políticas públicas e, muito menos, de vontade por parte dos governantes em oferecer o direito de cidadania da educação aos camponeses que estavam condenados ao analfabetismo e à exploração (NASCIMENTO, 2009, p. 182).

Não se pode esquecer que o campo brasileiro sempre esteve sob o controle de oligarquias rurais, interessadas em apenas explorar a mão de obra dos camponeses, geralmente em serviços pesados, que não exigiam os conhecimentos escolares. No máximo e de maneira isolada, essa ou aquela pessoa aprendia a assinar o nome, ler ou escrever com muita dificuldade.

Surgem com isso as primeiras barreiras para a construção da identidade da educação do campo, pois não tínhamos a legitimidade para a formulação de políticas públicas que dessem base para a uma educação que abrangesse todos os camponeses de uma forma geral e dessa forma aumentava-se as disparidades existentes no campo além de negar a existência da diversidade no meio rural brasileiro.

A pesquisa se constata diretamente na vida do pesquisador, por ser de origem rural, o mesmo acompanhou que mesmo nas últimas décadas do século XX, existiam famílias de camponeses que não obtiveram a oportunidade de estudar, a exemplo de seus avós, tanto maternos quanto paternos, se estendendo para os pais. Onde no máximo sabem ler e escrever e tiveram condições de estudar apenas a conhecida fase primária, do ensino básico.

Durante várias décadas a educação oferecida à população rural foi uma educação que não seguia padrões de formação de uma escola para o campo, tratava-se de uma importação de um modelo de “escola urbana”, da cidade, não contribuindo para um real desenvolvimento das escolas rurais. Era na verdade uma forma de descaso, de mostrar inferioridade dos valores do campo para com a cidade, estigmatizando o campo através de estereótipos e preconceitos.

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária,

conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade (LEITE, 1999, p. 14).

Essa perspectiva de que o homem do campo não necessitava de ir à escola foi fruto do processo de exclusão, não apenas social, mas também político, econômico e cultural a que o Brasil foi submetido desde sua colonização e que eram tidos como um processo “natural”. Esse processo exclusivo é o retrato das elites neoliberais que se utilizam da falta de uma educação básica de qualidade para poderem ter domínio sobre as classes menos desfavorecidas.

Mão de obra barata, dificuldades em se desvincular do lugar e a inexistência da posse da terra, obrigava os camponeses a trabalhadores rurais sem terra que em muitos casos como moradores de condição, ficavam presos ou cativos a lógica dominante dos senhores oligarcas. Assim, a submissão do homem do campo a dominação das elites agrárias, os impedia de acesso a coisas simples e universais, como o direito a educação.

Souza (2008) relata que, durante a trajetória da educação rural o homem do campo sempre foi colocado como exemplo de atraso, sendo assim as políticas educacionais se organizavam de acordo com os interesses capitalistas das elites dominantes que predominam em cada conjuntura. Para o Brasil, em que o capitalismo de fato só penetrou no campo tardiamente (MARTINS, 1997), a ideia de não necessidade educacional para os trabalhadores, ganhou sentido e milhões de agricultores ficaram de fora da educação formal.

Dentro dos discursos das elites dominantes é ainda predominante a concepção de que o campo

É o lugar prosaico do atraso, onde vivem os "jecas tatu", um espaço territorial inferior e desprovido da modernidade atribuída à cidade, como se houvesse um movimento inevitável de urbanização que se sobrepõe a um espaço que está morrendo, um lugar sem futuro. A

esta visão estigmatizadora do campo corresponde uma oferta de educação compensatória, de baixa qualidade, veiculada em qualquer estrutura física, com professores sem qualificação (ANDRADE e DI PIERRO, 2004, p. 13).

Observamos aqui que, os homens do campo eram vistos pela elite capitalista, como meros instrumentos para a realização do trabalho duro do campo e por isso não necessitavam de educação. Afinal o que eles precisavam era somente saber arar a terra e obedecer ao latifundiário. Sendo assim, uma escola que instrísse os camponeses e lhes dessem condições para poder questionar sua posição perante os latifundiários seria uma tragédia para essa elite dominante. Assim a educação não poderia ser uma forma de libertar o homem do campo e sim mais uma maneira de mantê-lo sob a vigilância do sistema dominante.

2.1 As Políticas sobre a educação do campo no Brasil

Andrade e Di Pietro (2004) afirmam que as primeiras tentativas de implementação da educação rural no Brasil, tinha como principal objetivo combater o êxodo rural e promover a manutenção dos camponeses na terra, pois com a instalação das indústrias a população rural estava se deslocando para a zona urbana, causando um enfraquecimento na produção agrícola, pois sem esses “peões” as fazendas ficavam sem mão-de-obra e logo sem gerar lucro aos fazendeiros.

“Já no início do século XX, a educação rural foi pensada como mecanismo de contenção do êxodo rural que se intensificara em razão dos processos de industrialização e urbanização” (ANDRADE e DI PIERRO, 2004, p. 5).

Como mostra Andrade e Di Pierro (2004), uma das primeiras intervenções para a construção de uma educação rural, o ruralismo pedagógico, na verdade não tinha nenhum interesse propriamente educacional que valoriza-se o homem do campo, sua cultura ou seu desenvolvimento social em seu lugar de origem. O que se via com o ruralismo pedagógico era um meio de criar uma escola integrada às condições locais com objetivo de conter o êxodo rural e fixar o homem no campo, exaltando essa ideia de fixação como uma forma romantizada de uma educação voltada exclusivamente para a vocação, entendida como agrária (ANTÔNIO e LUCINI, 2007).

Assim, dava-se ao camponês uma falsa impressão de que teriam uma escola, quando na verdade estavam tendo uma espécie de formação para vocação, onde se estimulava a ideia de que o homem do campo deve apenas desenvolver as atividades agrárias que ajudem a desenvolver economicamente sua região. Nessa pedagogia se aprendia basicamente as quatro operações matemáticas e os códigos da língua escrita e falada no país. Quando muito se ilustravam as aulas com imagens ou figuras da vida cotidiana.

O ruralismo pedagógico preconizou uma escola rural voltada para os interesses e necessidades da região, cujo propósito relacionava-se ao aumento da produção e a contenção do êxodo rural. No período desenvolvimentista do pós guerras, à luz do paradigma modernizador, propunha-se uma adequação da escola rural às novas exigências do desenvolvimento econômico (ANDRADE e DI PIERRO, 2004, p. 5).

Dessa forma, os ideais do ruralismo pedagógico mencionados pelos autores acima, são encontrados também nas palavras de Antônio e Lucini (2007) ao

afirmarem que existia uma delimitação de um imaginário que para a vivência no campo não se necessita ter amplos conhecimentos socializados nas escolas, ou seja, essa concepção de educação rural considerava que para os camponeses não era importante ter a formação outrora oferecida para as elites brasileiras.

A falta de interesse de organizar uma concepção de escola do campo que tivesse como objetivo o atendimento das camadas populares do campo, visando seu desenvolvimento, respeitando suas culturas e tradições através de um currículo que lhe fosse específico, e não apenas uma transposição da educação que era oferecida à população urbana, sempre foi o principal obstáculo da educação do campo no Brasil. Assim, até hoje encontramos escolas rurais que são apenas meras reproduções, em escala menor, de escolas urbanas projetadas dentro de um imaginário rural que em nada condiz com a realidade da população camponesa. Tudo isso aliado ao pouco investimento realizado na educação rural que promove precariedade nas condições educacionais da população camponesa, cada vez mais marginalizada e a mercê dos condicionantes das elites capitalistas.

A esse respeito Andrade e Di Pierro colocam que:

Ao longo da história da educação brasileira, e ainda nos dias de hoje, o reduzido investimento realizado na educação rural proporcionou condições precárias de escolarização. A escola do campo é, na maior parte das vezes, uma escola isolada, de difícil acesso, composta por uma única sala de aula e apenas um professor que ministra aulas para as quatro séries iniciais do ensino fundamental simultaneamente, sem supervisão pedagógica, seguindo um currículo que privilegia uma visão urbana da realidade. A má qualidade da educação produzida nessas condições reforça o imaginário social perverso segundo o qual a população do campo não precisa conhecer as letras ou possuir uma formação geral básica para desempenhar o trabalho na terra (ANDRADE e DI PIERRO, 2004, p. 6).

Os desafios da construção de uma identidade educacional do campo sempre estiveram ligados à forma como os sujeitos do campo eram vistos por

àqueles que se apresentavam como seus defensores e interessados em ajudar. Assim, percebemos que nunca houve um verdadeiro desejo de se implementar políticas educacionais que valorizassem o homem do campo e o próprio campo, fazendo dele um lugar de desenvolvimento em todos os termos, políticos, econômicos, sociais e culturais e que a história da educação do campo, e do próprio campo, foi marcada profundamente pelas medidas distorcidas, pelo abandono e pelos tropeços do poder público para com esse espaço e sua população.

Na contra mão desse modelo, surgiram algumas ações dos movimentos sociais no campo, que se contrapuseram a lógica dominante, a exemplo das Ligas Camponesas e do MST, que através de suas mobilizações e pressões pela criação de uma política educacional para comunidades camponesas deram origem a Educação do Campo.

A esse respeito Caldart (2008), coloca que:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2008, p. 46).

Com isso, as esquerdas que passaram a instigar um movimento para educar os camponeses com vias a libertação, frente as elites agrárias, tinham como posição o combate aos projetos do campo, projetos esses, que traziam a lógica de um campo como lugar de negócio, expulsando os camponeses e suas famílias, tendo como tese um campo que não precisava de educação, de escolas e muito menos de gente. (CALDART 2008, p. 46).

Paulo Freire é parte dessa experiência através de duas importantes contribuições. O primeiro, seu método de ensino, o método freiriano que consistia em um trabalho alfabetizador partindo-se de palavras-chaves e que caracterizava a alfabetização como um ato de conhecimento, criador e político. E segundo a sua obra *Pedagogia do Oprimido*, que de acordo com ele próprio terá dois momentos distintos, um primeiro, que acontece quando os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e comprometendo-se na práxis da transformação, e o segundo cuja caracterização se dá pela expulsão dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora através da estrutura revolucionária (FREIRE, 1987).

Entre os anos de 1945 e 1960, são implantadas campanhas de alfabetização destinadas a jovens e adultos, que por sua vez assumiam caráter assistencialista, já que consideravam a população do campo inculta, atrasada e desassustada (ANDRADE e DI PIERRO, 2004).

Dentre as campanhas de alfabetização de jovens e adultos, o principal movimento que podemos destacar é o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela Lei Nº 5379 de 15/12/1967 no governo do então Presidente Arthur da Costa e Silva, baseado no método freiriano, tinha como prioridade, entre as demais atividades, a tarefa de promover educação continuada e a alfabetização funcional de adultos analfabetos, da cidade e do campo (PRADO, 2010).

Santos (s/d.), aponta que foi em oposição à situação vivenciada que teve início a diversas iniciativas, não governamentais, mas de cunho sociais, sindicais e populares levando paralelamente a construção de várias experiências educativas e de reflexão sobre a realidade e interesse dos povos do campo. Sendo essas iniciativas defensoras de um meio rural, não mais arcaico e fonte de atraso, mas sim como um espaço de diversidades e que por isso necessitam de políticas voltadas a

sua realidade e não de uma mera transposição do que se tem elaborado no meio urbano.

A afirmação deste traço que vem desenhando nossa identidade é especialmente importante se levamos em conta que na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos (CALDART, 2002, p. 19).

Surgem assim, os movimentos sociais, que juntos a algumas entidades, representações civis e sociais e aos próprios sujeitos do campo, vão dar um novo impulso nas discussões para a construção da identidade própria da educação do campo no Brasil. Identidade essa que durante várias décadas foi uma simples sombra do modelo educacional proposto para as elites urbanas brasileiras.

Foram os movimentos sociais e associações civis do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Confederação Nacional do Trabalhador e Trabalhadora na Agricultura (Contag), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (Unefab), a Associação das Casas Familiares Rurais (Arcafar), entre outros, que têm enfaticamente reivindicado políticas específicas para a educação do campo, chamando a atenção para a inadequação da educação existente à realidade e aos interesses das populações do campo (SILVA, MORAIS e BOF, 2006, p. 76-77).

Esses movimentos iniciam as pressões e discussões para a elaboração de planos educacionais voltados exclusivamente para a população camponesa. Silva, Morais e Bof (2006), destacam que no fim da década de 1990, esses grupos passaram a intensificar as discussões e começaram a organizar seminários que

deram maior visibilidade às questões referentes às políticas educacionais específicas para a educação do campo.

Dentre esses seminários podemos destacar o I Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária (I ENERA, 1997) e a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (1998).

Sobre o I ENERA 1997, Anhaia (2010), afirma:

Entendemos que o I ENERA foi a materialização das ações que vinham sendo desenvolvidas pelo conjunto de instituições do campo que estavam vinculados com a luta pela terra e com a produção da existência no campo. Muito embora as práticas construídas por diferentes sujeitos do campo não se fizeram presentes na sua totalidade no I ENERA [...] temos que entendê-lo como síntese e possibilidade de um processo maior de educação. Síntese, porque traz para a discussão, em âmbito nacional, experiências vivenciadas nos mais diferentes estados no trabalho com educação formal e não formal no campo brasileiro. [...] Possibilidades, no sentido de que foi possível desencadear uma série de ações que contribuíram para que o Movimento Nacional de Educação do Campo pudesse se consolidar, além de trazer para o âmbito nacional a discussão de uma educação comprometida com, porque construída com, os trabalhadores do campo. [...] Podemos dizer que o I ENERA impulsionou a discussão da Educação do Campo, levando os sujeitos do campo a pensar a necessidade de compreender melhor a realidade rural brasileira e a educação que se faz presente neste espaço (ANHAIA, 2010, p. 66).

Já a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (1998),

Além de denunciar os graves problemas da educação no campo em relação à falta de escolas, falta de infraestrutura e reivindicar soluções para esses problemas, as propostas e encaminhamentos produzidos nesses eventos apontavam para a necessidade urgente de uma política de valorização do magistério e apoio às iniciativas de renovação pedagógica no campo, que promovam um currículo que seja condizente com as necessidades daquelas populações e considerem seu contexto no processo de aprendizagem. Para eles a educação é um fator-chave para a construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável (SILVA, MORAIS e BOF, 2006, p. 77).

O I ENERA foi sem sombra de dúvidas o divisor de águas para a formação da Identidade da educação do campo no Brasil, seus objetivos estavam realmente focados em reformular as bases das políticas educacionais para o campo brasileiro. É o que podemos constatar ao conferir o Folder da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1998.

FIGURA 01: FOLDER DO I ENERA 1998.

<p>Objetivos</p> <p>Articular pessoas, entidades e movimentos sociais que trabalham com educação no meio rural em vista de discutir problemas, experiências e propostas de transformação.</p> <p>Promover um espaço de formação e de valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação que atuam nas escolas do meio rural.</p> <p>Discutir a problemática atual da escolarização no meio rural relacionada aos desafios de construção de um novo projeto de desenvolvimento para o nosso país.</p> <p>Iniciar um processo de elaboração de uma proposta de Educação Básica do Campo.</p>	<p>CTE – Centro de Treinamento Educacional</p> <p>BR 040 KM 17,5 – Posto Ipê – Luziânia/GO Fones: (081) 623-1222 (081) 623-2624</p> <p>Secretaria Executiva</p> <p>Elfi Ir. Nery Ana Catarina Edifício Arnaldo Villares, salas 211/212 SCS – Qd. 06 Bl. A, n. 110 70032-000 Brasília/DF</p> <p>Fone (061) 225-8431/3225035 Fax: (081) 225-1028 email: mstbsb@nutecnet.com.br</p> <p>Organizadores</p> 	<p>CONFERÊNCIA NACIONAL</p> <p>Por uma Educação Básica do Campo</p>  <p>27 a 31 de julho de 1998</p> <p>CTE – Centro de Treinamento Educacional da CNTI Luziânia/Go</p>	<p>27/01/98</p> <p>Manhã Chegada Credenciamento</p> <p>Tarde Credenciamento Passeio Cívico e cultural por Brasília</p> <p>Noite Show 20h</p> <p>28/07/98</p> <p>9h Abertura</p> <p>10h30 – 12h30 Conferência Inaugural Desenvolvimento Rural e a Educação no Brasil Desafios e Perspectivas UNICEF</p> <p>14h30 – 15h30 Situação da Educação Rural no Brasil e na América Latina Sr. Jorge Werthein (Representante da UNESCO no Brasil)</p> <p>16h – 19h Painel Políticas Públicas em Educação no Brasil: Municipalização Neoraldo Azevedo (UNDIMÉ)</p> <p>Financiamento da Educação João Montevade (CNE/CNTE)</p> <p>Parâmetros Curriculares MEC... Política Educacional para Escolas do Meio Rural Bernardo M. Fernandes (UNESP)</p>	<p>Política Educacional para Escolas Indígenas CIMI</p> <p>Noite Atividade Cultural</p> <p>29/07/98</p> <p>8h30 – 10h Em Busca de Um Novo Projeto de Desenvolvimento para o Brasil Plínio de Arruda Sampaio</p> <p>10h30 – 12h Mesa redonda Que Projeto de Desenvolvimento para o Campo? Expositor: João Pedro Stédile Debatedor: CNBB</p> <p>14h30 – 19h Mesas Temáticas: Troca de Experiências Educação Infantil Ensino Fundamental: Séries Iniciais 1ª a 4ª série Ensino Fundamental: 5ª a 8ª série Ensino Médio e Profissional Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Eixos Temáticos Formação de Professores Proposta Pedagógica Gestão de Escolas Gestão do Sistema Financiamento Educação</p> <p>30/07/98</p> <p>8h30 – 10h Educação Básica e Movimento Social Miguel Arroyo</p>	<p>10h30 – 12h30 Mesa Redonda: Que Educação Básica para o Campo Expositor: Organizadores Debatedor: Representante Professores(as) e pais</p> <p>14h30 – 16h30 Mesas Temáticas: Troca de Experiências (aprofundamento e debate) Educação Infantil Ensino Fundamental: Séries Iniciais 1ª a 4ª série Ensino Fundamental: 5ª a 8ª série Ensino Médio e Profissional Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Eixos Temáticos: Formação de Professores Proposta Pedagógica Gestão de Escolas Gestão do Sistema Financiamento Educação</p> <p>17h – 19h Plenária Relato das Mesas Temáticas</p> <p>Noite Atividade cultural</p> <p>31/07/98</p> <p>8h30 – 10h Plenária de Aprovação do Documento Final</p> <p>10h30 – 12h30 Educadoras(ES) do Campo: Nosso Compromisso Frei Betto</p> <p>12h Ato de encerramento.</p>
---	--	--	---	---	---

Fonte: ANHAIA, 2010

Outro importante passo para superar os desafios da construção da identidade da educação do campo no Brasil foi a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, formada em 1998, por representantes da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da Universidade de Brasília (UnB), membros do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura (UNESCO), que em 2002 promoveram o I Seminário Nacional por uma Educação do Campo, com objetivo de cobrar das autoridades competentes a solução dos problemas endêmicos relacionados à educação no campo brasileiro. Graças a essa mobilização, ainda em 2002 foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC), que pode ser considerada a primeira política pública educacional voltada exclusivamente para o campo.

Porém, mesmo formada a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, e aprovada as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ainda precisa-se superar muitos desafios, a exemplo, fazer com que essas Diretrizes sejam realmente cumpridas, pois como salienta Abreu e Martinez (2004), com relação às escolas que funcionam em áreas rurais, em muitas vezes, constata-se que os principais problemas enfrentados são de ordem estrutural e conjuntural, como, o distanciamento da realidade, da vida e do trabalho do campo, conteúdos que não motivam, desvalorização cultural e dos costumes do campo, um calendário escolar que não respeita o calendário agrícola, professores que não são preparados para atuarem no campo.

Dessa forma, fica claro que, mesmo depois de muitas lutas, projetos, diretrizes, organizações que buscam direcionar a educação do campo para o campo, a desvalorização da educação camponesa no Brasil ainda é muito presente, principalmente nos pequenos municípios onde o poder público se aproveita da “falta de informação” da população para mascarar e não fazer o que deve ser feito para termos uma educação no campo de qualidade.

3 ESCOLA VEREADOR MANOEL COSMO: UM RETRATO DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

3.1 Caracterização político-administrativa e educacional do município de Sertãozinho – PB.

Nesse capítulo faremos uma caracterização sobre a questão da educação no Campo no município de Sertãozinho – PB, focando principalmente a Escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira, a qual foi alvo principal de nosso estudo.

O município de Sertãozinho – PB, está localizado no agreste paraibano, mais precisamente na microrregião de Guarabira, (ver figura 02), trata-se de um município relativamente novo, conseguiu sua emancipação de Duas Estradas – PB apenas em 1994. Sertãozinho tem uma área territorial de aproximadamente 33,14 Km², dos quais cerca de 25 Km² são de zona rural. Ao analisar sua divisão política-administrativa, constatamos que o mesmo trata-se de um município, como a grande maioria dos municípios brasileiros, rural onde temos uma população camponesa que durante muito tempo foi vista como exemplo de atraso, como sinônimo de “xucro”, pois não dispunha de educação com qualidade e que privilegiasse seu amplo desenvolvimento, tanto no aspecto intelectual quanto social e econômico.

FIGURA 02: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO – PB



Fonte: Atlas Geográfico Escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2009; IBGE, 2014. Adaptado pelo autor.

De acordo com dados do último Censo demográfico realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população Sertãozinhense é de 4.395 habitantes, dos quais 3.215 moram na zona urbana e os outros 1.180 vivem no campo. Como podemos observar na tabela 01:

TABELA 01: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE SERTÃOZINHO

POPULAÇÃO	POPULAÇÃO 1991	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2010
POPULAÇÃO TOTAL	2.888	3.444	4.395
URBANA	1.420	2.112	3.215
RURAL	1.468	1.332	1.180

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Adaptado pelo Autor

Observamos que como na maioria dos municípios Brasileiros a população rural do município de Sertãozinho vem caindo desde o ano de 2000, sendo hoje em dia a população urbana do município é mais que o dobro da população rural. Esse fato é decorrência do efeito do êxodo rural, processo que é considerado por alguns como resultado da falta de oportunidades no campo e com isso os camponeses eram obrigados a tentar a vida nas cidades.

A inexistência de uma política educacional voltada exclusivamente para o campo também foi responsável pelo aumento do êxodo rural, visto que faltava uma consciência de que o campo poderia ser um lugar desenvolvido, bastava ser feito investimentos que possibilitassem seu desenvolvimento. Essa falta de políticas educacionais para o campo fez com que grande parte dos camponeses se aventurassem nas grandes capitais do Sul e Sudeste, abandonando o campo e com ele todas as perspectivas de crescimento desse espaço tão importante para o desenvolvimento de nossa nação.

E como forma de conter esse êxodo rural é que surgem as primeiras iniciativas de inserção das escolas do campo, como foi relatado no capítulo 2, por Andrade e Di Pierro (2004), quando vão se referir ao ruralismo pedagógico como uma escola que propunha apenas combater o êxodo rural e manter o homem no campo e não promover uma educação de qualidade voltada aos interesses dos camponeses.

O município de Sertãozinho – PB apresenta em sua estrutura educacional 12 escolas, sendo elas municipais e estaduais, com ofertas de ensino que vão do ensino fundamental I até o ensino médio, ver quadro 01.

Das 12 escolas do município, 6 delas se localizam na zona rural, porém são escolas de estrutura pequena, onde se desenvolve apenas o ensino fundamental I. Em todas as escolas visitadas pode-se constatar que existem no máximo duas salas de aulas funcionando em regime de ensino multisseriadas.

Sobre a questão das escolas multisseriadas ou unidocentes, Ramos, Moreira e Santos (2004) destacam as dificuldades enfrentadas por essas escolas.

De um lado está a precariedade da estrutura física e, de outro, a falta de condições e a sobrecarga de trabalho dos professores gerando alta rotatividade desses profissionais, o que possivelmente interfere no processo de ensino/aprendizagem. Geralmente aqueles com uma formação inadequada permanecem em escolas isoladas e unidocentes até o momento em que adquirem maior escolaridade, quando pedem remoção para a cidade. Além disso, nas escolas rurais os salários tendem a ser menores e acabam se constituindo em mais um elemento que determina a intensa rotatividade desses profissionais da educação. A conjugação desses fatores contribui para o baixo desempenho dos alunos e a queda nos índices de permanência dos mesmos na escola (RAMOS, MOREIRA e SANTOS, 2004, p. 21).

É exatamente o que constatamos durante as visitas às escolas do município onde se desenvolve a pesquisa. Observamos que as salas multisseriadas são o grande desafio para os educadores que tem que se desdobrar para atender

aos alunos de vários níveis de ensino exigindo maior demanda e dedicação, que na maioria das vezes não é valorizado pelos gestores, fazendo com que os professores, na maioria das vezes, venham a pedir remoção para as escolas da cidade, sendo alocados para seus lugares profissionais sem formação adequada.

QUADRO 01: DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO

NOME DA ESCOLA	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	LOCALIZAÇÃO URBANA/RURAL	TIPO DE ENSINO
Belmira Arruda	Estadual	Urbana	Fundamental I
Celso Mauricio de Pontes	Municipal	Urbana	Fundamental I
João de Freitas Mouzinho	Estadual	Urbana	Fundamental II Ensino Médio
José Soares de Sena	Municipal	Rural	Fundamental I
Manoel Vieira Filho	Municipal	Rural	Fundamental I
Naíde Maia	Municipal	Urbana	Fundamental I
Onaldina Teixeira	Municipal	Rural	Fundamental I
Perilo de Oliveira Viana	Municipal	Rural	Fundamental I
Severina Nogueira	Municipal	Rural	Fundamental I
Ulisses Mauricio de Pontes	Municipal	Urbana	Fundamental I e II
Vereador Manoel Cosmo de Oliveira	Municipal	Rural	Fundamental I
Maria de Lourdes Silva	Municipal	Urbana	Fundamental I

Fonte: secretaria municipal de Educação e Cultura, setembro de 2014

O quadro 01 mostra a distribuição das escolas do município de Sertãozinho quanto a sua dependência administrativa, grau de ensino oferecido e localização. Ao analisá-la percebemos que, todas as escolas da zona rural só

oferecem o ensino fundamental I, o que leva a uma ruptura do que vem se trabalhando dentro do contexto da educação no campo, pois os alunos após essa fase tem que se deslocar para continuar seus estudos na zona urbana.

Durante o desenvolvimento de nossa pesquisa podemos visitar todas as escolas localizadas na zona rural do município de Sertãozinho – PB, a seguir podemos conferir algumas fotos das fachadas de estruturas prediais das escolas rurais do município.

FOTO 01: ESCOLA PROFESSORA SEVERINA NOGUEIRA



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014

A foto 01 mostra a fachada da escola Professora Severina Nogueira que fica localizada no Sítio Piripiri e dispõem de duas turmas abrigando um total de 36 alunos matriculados no 1º, 2º, 3º, e 4º anos do ensino fundamental I.

FOTO 02: ESCOLA PERILO DE OLIVEIRA VIANA



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014.

A escola retratada na foto 02 fica situada no Sítio Lagoa de Baixo, conta um total de 22 alunos divididos em duas turmas, sendo que no turno da manhã funcionam o 1º e 2º anos do ensino fundamental I e no turno da tarde funciona o 3º, 4º e 5º anos.

A foto 03 nos traz a visão da escola José Soares de Sena, entre as escolas do município esta é a que possui melhor facilidade de acesso, pois fica localizada no Sítio Lagoa Seca, as margens da rodovia PB 085, que liga os municípios de Sertãozinho e Duas estradas. A referida escola possui apenas uma sala de aula, no entanto funciona nos dois turnos, tendo 11 alunos matriculados no turno da manhã no 1º e 2º anos do ensino fundamental I e 10 alunos no turno da tarde matriculados no 3º ano do ensino fundamental I.

FOTO 03: ESCOLA JOSÉ SOARES DE SENA



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014

FOTO 04: ESCOLA PROFESSORA ONALDINA TEIXEIRA



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014

A escola Professora Onaldina Teixeira, representada na foto 04, fica localizada no Sítio Canafístula, na divisa dos municípios de Sertãozinho e Serra da Raiz, dispõem de duas salas de aulas que funcionam apenas no turno da tarde. Nela estão matriculados 33 alunos, dos quais 15 estão cursando o 1º e 2º anos do ensino fundamental I e os outros 18 são matriculados no 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental I. Essa escola é uma das duas escolas rurais que oferecem ensino fundamental I completo, do 1º ao 5º ano.

FOTO 05: ESCOLA MANOEL VIEIRA FILHO



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014

A escola Manoel Vieira Filho, foto 05, está localizada no Sítio Mascates e é composta por uma única sala de aula que funciona nos dois turnos, sendo no turno da manhã com turmas do 3º e 4º ano do ensino fundamental I com 10 alunos matriculados. Já no turno da tarde a escola oferece as series iniciais do ensino fundamental, o 1º e 2º anos, tendo 9 alunos matriculados.

As questões referentes à escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira, por se tratar de nossa base de estudo, serão destacadas no item 3.2, onde detalharemos as características da comunidade onde se localiza a escola, a forma de trabalho desenvolvida, bem como alguns depoimentos colhidos durante a realização de nossa pesquisa sobre a escola.

3.2 Questões Políticas-Sociais da Educação do Campo na Escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira.

A escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira é uma das 6 escolas rurais do município de Sertãozinho – PB. A referida escola está localizada na comunidade rural do Sítio Jenipapo, foi criada através do decreto de lei Nº. 09/82 de 02 de dezembro de 1982, sua construção foi financiada com recursos do programa EDU-RURAL, através de convenio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Banco Internacional do Desenvolvimento (BIRD) e a Prefeitura Municipal. Sua inauguração ocorreu no ano de 1981, quando na ocasião Sertãozinho ainda era distrito do município de Duas Estradas, que tinha como prefeito o senhor Paulo Alves da Silva.

FOTO 06: ESCOLA VEREADOR MANOEL COSMO DE OLIVEIRA



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014

Com a construção da escola o poder municipal visava desenvolver a educação na comunidade, pois essa se encontrava nos limites municipais e sua população tinha de se deslocar até a sede do município para ter acesso a escola o que se tornava muito cansativo, visto que na época não se disponibilizava de transporte escolar para o deslocamento dos estudantes.

A construção dessa escola, meu filho, ajudou muito o povo daqui, não só os que vivem aqui na comunidade, mais também os que vivem nas comunidades aqui por perto, você veja, antes os aluno tinha de sair daqui pra Duas Estradas ou Sertãozinho, que era onde tinha escola e tinha que ir de pé por que não tinha carro não. Olhe era muito difícil, e não era todo pai que deixava os filhos sair pra estudar não, porque além de ser longe eles tinha de ajudar nos trabalhos da lavoura, ai você veja, saía de manhã e só chegava de tarde, por isso tinha muito pai que não deixava. Quando a escola foi feita aqui, ai as coisas mudaram um pouquinho, por que ai ficava perto de casa e trouxe mais visão para a gente que morava por aqui por perto, muita gente aqui da região teve oportunidade de estudar graças a construção dessa escola (Dona Zefinha Cosmo, 58, Ex-Professora e Ex-Diretora da escola, entrevista em setembro de 2014).

No depoimento de Dona Zefinha, podemos constatar a importância da escola para a população rural da comunidade na qual está inserida e para as demais comunidades vizinhas.

FOTO 07: PLACA DE INAUGURAÇÃO AFIXADA NO PÁTIO DA ESCOLA



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014

A foto 07 traz a placa de inauguração da escola, bem como o nome das autoridades estaduais, municipais e secretária de educação. Essa placa ainda se encontra afixada no mesmo local, e de acordo com a gestora da escola se trata de um marco histórico para a comunidade e por isso não deve ser retirada do local, pois ela é o retrato do início das políticas educacionais para a educação do campo no município e da comunidade.

A escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira, desde sua inauguração até os dias de hoje é tida como uma das escolas mais influentes de sua área de abrangência, limites intermunicipais de Sertãozinho, Araçagi e Duas Estradas, até o

início da década de 2000 a escola atendia a uma grande demanda de alunos, porém com o passar dos anos e com a queda na taxa de natalidade o número de alunos vem caindo consideravelmente.

Em entrevista realizada com a professora e Ex-diretora Maria das Neves Pontes, mais conhecida como Nena, que trabalha na escola há 15 anos, vemos as diferenças que ela destaca nesse período em que leciona na escola.

Olhe, eu me lembro de que quando eu comecei a trabalhar aqui nessa escola em 1999, quando você estudava comigo, você deve se lembrar de também, né? Que trabalhávamos nos três turnos e com muitos alunos. Nós tínhamos a tua turma, de tarde, que era a 3ª e 4ª série que tinha uns 30 alunos, não era? Aí você veja, isso só numa turma, ainda tinha a outra turma que era de 2ª série, que também tinha muito aluno, e de manhã tinha o pré I e II, a alfabetização e a 1ª série e era com as turmas cheias. Não sei tu lembra que no ano de 98, tinha a turma de 4ª série que estudava aqui no pátio por que não tinha sala para todas as turmas. Aí hoje tu chegas aqui e a escola só funciona de manhã e só tem duas turmas uma com 12 e outra com 17 alunos (Nena, 35, Professora e Ex-Diretora da escola, entrevista em setembro de 2014).

No relato da professora Nena, podemos observar que em certos momentos ela se refere ao pesquisador como ex-aluno. Nesse período o pesquisador de fato era aluno da referida escola e como a professora Nena relata, a escola funcionava em todos os turnos e tinha muitos alunos, sendo considerada uma escola de bastante influência e atendendo a população de várias comunidades rurais da região.

A escola hoje funciona apenas no turno da manhã com duas salas de aulas que funcionam em regime multisseriadas, sendo uma delas com 18 alunos matriculados nos 2º, 3º e 4º anos do ensino fundamental I, coordenada pela professora Maria das Neves. Já a outra sala funciona com 10 matriculados na Pré-

escola e no 1º ano do ensino fundamental I, que é coordenada pela professora Joelma Gonçalves.

Segundo relato das professoras o número de alunos vem caindo a cada ano tendo em vista que quando terminam a fase a primeira fase do ensino fundamental os alunos tem de continuar seus estudos na cidade, já que a escola não dispõem de ensino fundamental II. Ver tabela 02.

TABELA 02: NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ÚLTIMOS ANOS

ANO	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS	Nº DE DOCENTES
2010	43	03
2012	30	03
2013	28	02
2014	28	02

Fonte: secretaria municipal de Educação e Cultura, setembro de 2014

Em relato a coordenadora da escola nos informou que vários fatores contribuem para a redução no número de alunos matriculados, como por exemplo a taxa de fecundidade das mulheres que vem caindo quando comparado há décadas anteriores. Aliado a esse fato ela também destaca o abandono do campo pela população mais jovem, que trocam o campo pelas grandes cidades do sudeste e quando retornam fixam moradia nas cidades da região.

De acordo com ela:

As mulheres hoje não querem ter mais que dois filhos, isso as que casam e continuam morando aqui na comunidade, pois a maior parte quando se casam vão morar na cidade. Aí não tem como manter as escolas do sítio com muitos alunos... vem também a questão dos mais jovens que quando completam 18 anos viajam para trabalhar no Rio de Janeiro ou São Paulo, e quando voltam geralmente se casam e vão morar na cidade. Porém, eu acho que a própria educação que foi oferecida a esses jovens é que contribui para esse quadro que vemos hoje, eu acho que você deve lembrar, que quando estudávamos a principal inspiração ou conselho que nos davam era “estude pra sair daqui, pra conseguir um trabalho descente não ter que morrer trabalhando na lavoura”. E isso é o que muitos fizeram estudaram e forma trabalhar fora. Aí hoje estamos aqui tentando reverter o quadro e fazer uma educação no campo que estimulem nossas crianças a permanecerem no campo (Aldilene Farias, 32, Coordenadora da escola, entrevista em setembro de 2014).

FOTO 08: ASPECTOS DA ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014

FOTO 09: ASPECTOS DA ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014

Mesmo com a queda no número de alunos a escola hoje ainda tem grande influência educacional, visto que os pais deixam de matricular seus filhos em escolas mais próximas de suas casas e os colocam para estudar na referida escola. Isso se deve, segundo a coordenadora da escola, Aldilene Farias de Sena, pela atual estrutura da escola que dispõe de sala multifuncional, de sala de computação, acompanhamento médico através do Programa Saúde na Escola (PSE).

Segundo ela os pais buscam a melhor educação para seus filhos e a escola vereador Manoel Cosmo de Oliveira, está apta a desenvolver uma educação do campo de qualidade que tem suas metas voltadas para uma ação de desenvolver não apenas a capacidade intelectual das crianças mais também a de buscar criar neles a noção de crescimento e manutenção de seu lugar de origem.

A coordenadora nos relatou que a escola hoje dispõe de programas que ajudam no desenvolvimento de ações que facilitam a construção de uma Proposta pedagógica voltada para o campo, como é o caso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), onde a escola recebe o dinheiro do governo federal e estadual para as melhorias na qualidade de ensino através do conselho escolar formado por representantes dos funcionários, dos pais e de membros da comunidade que juntos discutem quais as melhores práticas educativas que melhor auxiliam o desenvolvimento dos alunos e do próprio campo.

Aliado a esses programas a Senhora Aldilene destaca também a capacitação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que é oferecido aos professores do campo.

A capacitação é organizada em unidades que tratam de diferentes aspectos da educação do campo, desde as questões referentes ao Currículo, concepções de alfabetização e avaliação no primeiro ciclo do Ensino Fundamental

para as escolas do campo brasileiro, passando pela questão da organização do cotidiano e a caracterização da educação do campo, até o tema central que tem como foco “A alfabetização para o campo: respeito aos diferentes percursos de vida” onde seu principal objetivo é o modo como tratar a heterogeneidade de conhecimentos dos aprendizes no processo de alfabetização do campo considerando tanto o direito à alfabetização e ao acesso à cultura escrita nos primeiros anos de escolaridade, quanto à necessidade de valorizar as singularidades identitárias dos povos do campo.

Outro fato que a coordenadora destacou como fundamental para a melhoria do processo de educação do campo é a utilização de material didático que é voltado exclusivamente para a educação do campo. Na escola Vereador Manoel Cosmo, utiliza-se a coleção “Girassol: Saberes e Fazeres do Campo”, da editora FTD SA.

De acordo com a apresentação do material, a coleção foi elaborada para uma Educação do Campo, composta por 9 volumes que exploram os conteúdos de forma contextualizada em função das especificidades da formação do campo, favorecendo que a criança desenvolva autonomia para compreender o mundo que a cerca e para interpretar as situações do dia a dia, incentivando-a a pensar, refletir, generalizar e abstrair. A abordagem dos temas favorece a construção de novos conhecimentos, considerando, com frequência, os conhecimentos prévios dos alunos.

A coleção é formulada através de uma composição seriada e multidisciplinar por área, sendo que para o primeiro ano apresenta um volume e, para os demais, dois volumes, assim distribuídos:

1º ano: Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática;

2º ano e 3º ano: Letramento e Alfabetização, Geografia e História;
Alfabetização Matemática e Ciências;

4º ano e 5º ano: Língua Portuguesa, Geografia e História; Matemática e Ciências. (Ver figura 03).

A proposta didática reconhece alguns povos que vivem no campo, tais como quilombolas, índios, acampados, assentados bem como certa diversidade das práticas dessas comunidades. Apresenta também diferentes tipos de moradia no campo, tais como agrovilas, ecovilas, acampamentos, etc. Nota-se, porém, que questões centrais da vida camponesa, relativas a organizações sociais e luta pela terra, são pouco abordadas, bem como as relações entre cidade e campo. O campo não aparece da mesma forma em todos os componentes curriculares, variando desde uma discussão de temas próprios, como em Geografia e História, até seu uso como pano de fundo, como na Matemática. A relação campo-cidade, considerando-se possibilidades de interação entre campo e cidade, é feita de forma pontual.

FIGURA 03: COLEÇÃO GIRASSOL: SABERES E FAZERES DO CAMPO



Fonte: Guia - Programa Nacional do Livro Didático para o Campo, 2013. Brasília 2012

A figura 03 traz os aspectos da coleção de livros didáticos utilizados na escola Vereador Manoel Como de Oliveira, no período de 2013 a 2015, quando será feita uma nova escolha de coleção para ser trabalhada.

Segundo a coordenadora a escolha da coleção citada se deu por ela se tratar de um material que reflete bem a vivência e o cotidiano dos alunos do campo, trazendo imagens e sugestões atividade que podem ser facilmente trabalhadas pelos professores e realizadas pelos alunos. Ela cita ainda a proposta da coleção que é uma obra voltada para o aluno do campo contento ilustrações e os temas que contextualizam as atividades, as quais, em geral, têm como eixo norteador o cotidiano em comunidades rurais. As identidades socioterritoriais representativas do campo são demonstradas quando a coleção trabalha temáticas, com formas de moradia, espaços sociais, práticas culturais por meio de brincadeiras, festas populares, hábitos alimentares e canções populares que retratam a cultura popular camponesa.

Através do trabalho com a coleção Girassol, a coordenadora e as professoras, juntamente com toda a equipe da escola elaboram projetos que são trabalhados em consonância com as datas comemorativas.

Durante o período de realização de nossa pesquisa tivemos a oportunidade de participar de alguns eventos organizados pela escola e podemos constatar a participação efetiva da comunidade com a escola, sempre ajudando na organização dos eventos e contribuindo de forma significativa para a realização dos mesmos.

Destacamos aqui a culminância do projeto folclore que trouxe as histórias contadas pelos moradores mais idosos da região e retratados pelos alunos em forma

de teatro e apresentações orais para os pais e para os moradores da comunidade e dos sítios vizinhos.

FOTO 10: CULMINÂNCIA DO PROJETO FOLCLORE



Fonte: Arquivo da escola, agosto de 2014

A foto 10 retrata a culminância do projeto do folclore desenvolvido na escola Vereador Manoel Cosmo de Oliveira no mês de agosto de 2014. Durante a culminância podemos observar a participação dos populares como espectadores e como integrantes do próprio folclore visto algumas das estórias representadas pelos alunos foram contadas por alguns dos moradores mais velhos da comunidade. O interessante durante as apresentações era ver os olhos das pessoas brilharem cheios de emoção ao admirarem as apresentações. Segundo um dos moradores que estava presente, aquelas “dramatizações”, como ele citou, era o retrato das estórias que lhes foram contadas durante sua infância e agora estavam sendo encenadas por seu filhos dentro da escola. *“Isso tudo é muito bonito, eu escutava meus avó contando essas histórias pra mim e eu contava para meus filhos e hoje*

nossos netos tão ai tudo mostrando pra nós. Dá até vontade de chorar, vendo os bichinhos assim tudo arrumado” (depoimento do avô de uma aluna durante apresentação sobre o folclore).

Observamos no depoimento do avô da aluna as lembranças de seu passado sendo hoje trazidas de volta é isso que devemos buscar no desenvolvimento da educação do campo, não educar nossos jovens para buscar o desenvolvimento fora do campo, mas sim encontrar dentro dos próprios limites do campo seu lugar de vivência e pertencimento para dessa forma fazer desse, um espaço desenvolvido e não apenas cheio de esperança, um espaço realmente habitado por pessoas que fazem e buscam no campo a verdadeira identidade de camponês que tem uma educação voltada para seus interesses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, o foco do nosso trabalho foi destacar e mostrar um pouco das dificuldades encontradas pela população camponesa ao acesso à educação de qualidade e que tenha uma proposta voltada para seu desenvolvimento, intelectual e social, como também o desenvolvimento do campo no âmbito de se tornar um espaço de vida, onde as pessoas possam morar, estudar, trabalhar com dignidade e manter suas culturas e tradições.

Durante o desenrolar de nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de observar as lutas enfrentadas pelos movimentos sociais para a implantação de políticas educacionais para a educação do campo no Brasil. Vimos que não foram poucos os obstáculos contornados e que na maioria das vezes as autoridades políticas não tinham quase nenhum interesse claro em fazer da educação do campo uma prioridade. Isso se devia principalmente pelo fato do poder público estar diretamente legado aos interesses das elites dominantes rurais, que para seu benefício precisavam de uma grande massa de analfabetos alienados que estivesse sob seu comando, coisa que uma educação libertadora poderia extinguir.

Esse quadro começa a ter uma pequena mudança quando as elites percebem que estão perdendo sua força de trabalho barata para as cidades, que estão se industrializando e a partir daí inicia-se as políticas educacionais que visam prender os camponeses ao campo através de uma educação alienadora, que os “preparam” para o trabalho no campo. Essa educação tratava-se de uma forma de domesticar os trabalhadores para a lida nas grandes fazendas sem questionar a

autoridade do patrão e muito menos a qualidade de vida a que estava submetido. Era uma maneira de mantê-lo preso ao campo, mascarando a real finalidade dessa educação alienadora.

A construção da identidade da educação do campo no Brasil só começa a tomar rumo, sentido que vemos hoje graças à intervenção dos movimentos sociais do campo e de organizações não governamentais, que através de suas lutas buscavam construir um conceito de campo que fosse mais além do que uma conjuntura mercadológica. Fomentavam a ideia de uma educação do campo que fosse capaz de estreitar laços com inúmeros projetos democráticos que possibilitassem o fortalecimento da educação popular e dessa forma caracterizar o campo como espaço de particularidades e matrizes culturais. Um espaço que é repleto de possibilidades políticas, formação crítica, resistência, mística, identidades, histórias e produção das condições de existência social.

Através da implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, o campo consegue o reconhecimento de toda sua diversidade e singularidade, uma vez que vários instrumentos legais estabelecem orientações para atender esta realidade de modo a “adequar” as suas especificidades, como exemplificam os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. Em seu artigo 28, a LDBEN estabelece as seguintes normas para educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Mesmo com a aprovação da nova LDBEN, ainda hoje encontramos inúmeros problemas no que diz respeito à educação do campo, como por exemplo, a localização das escolas, a forma de acesso com estradas em mal estado de conservação, a baixa densidade populacional o que acarreta o fechamento de escolas e o principal a oferta do ensino que se caracteriza basicamente no oferecimento do Ensino Fundamental I, sendo ofertadas poucas vagas para a continuação dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.

Na escola Vereador Manoel Cosmo, foco de nossa pesquisa, os principais desafios encontrados são exatamente os citados acima. Observamos que o número de alunos diminui a cada ano, esse fato se dá principalmente pela queda da população rural.

Outro fator que merece destaque é a composição das turmas multisseriadas, que pelo fato da existência do baixo número de alunos é a forma mais “viável” de ensino, haja vista que é praticamente impossível formar uma sala de aula com mais de 20 alunos em um mesmo nível de escolaridade.

A falta de oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para a educação do campo torna-se um grande problema para a continuação do projeto de educação do campo, pois toda a base que foi dada aos alunos durante os anos iniciais de escolarização são interrompidos e as vezes desfeitos na continuidade da formação dos alunos provocando uma queda de paradigmas sobre os conceitos de educação do campo.

Esses são alguns fatores que podemos observar como descaso para com a educação no campo, fatores esses que não ficam restritos a poucas escolas, mas ocorrem em praticamente todas as instituições localizadas do campo no Brasil.

Dessa forma, fica claro que, apesar de ter evoluído bastante com muitos projetos, diretrizes, organizações que buscam direcionar a educação do campo para o campo, ainda encontramos muitos desafios na educação do campo no Brasil. Assim nós que estamos mais próximos da realidade não podemos cruzar os braços e esperar que as melhorias só sejam efetivadas quando vierem de instancias superiores, temos que fazer como os precursores da educação do campo e buscar a cada dia a efetivação de novas políticas educacionais que tornem a educação do campo completa e cada vez mais voltada aos camponeses.

REFERENCIAS

ABREU, Carolina de Cássia Ribeiro de; MARTINEZ, Silvia Alicia. **Memória em Movimento: A construção do Projeto de uma Escola no Campo**. *Vértices*, v. 6, n 2, p. 40-55, maio-agosto. 2004. Disponível em <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/download/1809-2667.20040009/93>> Acesso em 11 jan. 2014.

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: dados básicos para uma avaliação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/ebulicao/ebul06/Faisca_4.1.pdf> Acesso em 11 jan. 2014.

ANHAIA, Edson. Marcos. **Constituição do movimento de educação do campo na luta por políticas de educação**. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94505/287951.pdf?sequence=1>> Acesso em 16 ago. 2014.

ANTÔNIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. **Ensinar e Aprender na Educação do Campo: Processos Históricos e Pedagógicos em Relação**. *Cad. Cedes*, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007. Campinas, 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 11 jan. 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: A educação básica e o movimento social do campo** (Org.) Editora Universidade de Brasília. Brasília, DF. 1999.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. **Perfil do Município de Sertãozinho – PB**. 2013. Disponível em <www.ideme.pb.gov.br/.../3077-atlasidhm2013perfilesertaozinhopb.html> Acesso em 16 ago. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. MEC, Brasília, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção.** IN: **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4. Brasília, DF, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo.** IN: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.) **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação.** Brasília: 2008. p. 67-86.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251593&search=paraiba|sertaozinho>> Acesso em 16 ago. 2014

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo (Memória).** (Org.). Editora Universidade de Brasília. Brasília, DF. 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Políticas “Públicas” e Educação do Campo: Em Busca da Cidadania Possível?** Travessias, v. 07. ISSN, 1982-5935. 178 – 198. 2009. Disponível em <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_007/EDUCACAO/Pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf> Acesso em 11 jan. 2014.

PRADO, Giovani Barbosa. **Mobral: O Movimento Brasileiro de Alfabetização na Cidade de Mariana.** III Simpósio ILB – Itinerários da Pesquisa Histórica: Métodos, Fontes e Campos Temáticos. Universidade Federal de Ouro Preto, Maio 2010. Ouro Preto, MG, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira; MOREIRA, Telma Maria, SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Coord.) **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação**. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. Histórico Da Educação do Campo no Brasil. UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, s/d. Disponível em <<http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-santos.pdf>> Acesso em 11 de jan.de 2014.

SILVA, Lourdes Helena da; MORAIS, Teresinha Cristiane de; BOF, Alvana Maria. **A Educação no Meio Rural do Brasil: Revisão da Literatura**. IN: BOF, Alvana Maria (Org.) **A Educação no Brasil Rural**. Brasília: INEP/MEC, 2006. P. 69-83.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica**. Educ. Soc., vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Campinas, 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 11 jan. 2014.